JORNAL GEOGRAFIA/UENP

Edição 017 – 03/08/2020 a 09/08/2020

NESTA EDIÇÃO

Por Equipe Editorial

A edição desta semana, organizada pelo Prof. Dr. Paulo Henrique Marques de Castro e pela Prof.ª. Dr.ª Vanessa Maria Ludka, aborda assuntos relacionados às etnias indígenas em meio a pandemia de Covid-19. Para tanto, tivemos participações de importantes pesquisadores do tema, os quais escreveram as duas principais seções desta edição. No Brasil temos um grande número de diferentes grupos étnicos que habitam o país desde milênios antes do início da colonização portuguesa. Estes grupos merecem do governo melhor atenção e cuidados, principalmente neste período, em função da posição de vulnerabilidade que ocupam. Em números atualizados, segundo dados do consórcio de veículos de imprensa, o Brasil soma 97.440 mortes por Coronavírus confirmadas até o dia 06 de agosto de 2020. Sobre os infectados, eram 2.862.761 brasileiros com o novo Coronavírus, 54.685 confirmados no último período. A média móvel de casos foi de 43.892 por dia, uma variação de 12% em relação aos casos registrados em 14 dias. No Norte Pioneiro do Paraná, enfrentamos a segunda pior semana desde o início da pandemia (417 novos casos) e agora a região passou dos 3.000 casos de Covid-19. Quanto aos óbitos, foram 7 na semana e o total chegou a 97 mortes por Covid-19 na região. **#fiqueemcasa!** **#ciênciasalvavidas!**

Acesse nosso site! Utilize sua câmera do celular no QR Code ao lado.

O DESCASO PARA COM AS ETNIAS DURANTE A PANDEMIA DE COVID-19: UMA DAS PERSPECTIVAS DA GEOGRAFIA DA SAÚDE

Por Sheila Castro dos Santos
Por Carlandio Alves da Silva

A população brasileira encontra-se vivendo situações críticas nesse período de pandemia, de um lado o covid-19, um vírus que pode acarretar suas vítimas à morte, por não ser visto a olho nu as vezes seu perigo é desacreditado. De outro lado, tem-se um momento de ingerência dos recursos públicos, onde a questão da transparência dos dados está sofrendo com a nebulosidade ou não inserção desses para que a situação do país seja vista e conhecida pelos brasileiros. Questionado pelos movimentos sociais e cobrado pelos órgãos que são capacitados para tal o governo federal continua na inercia. No meio de tanta desgovernança percebe-se que a saúde da população não é levada como critério pelo o atual governo, se a situação é ruim para os brasileiros que estão nos grandes centros ou em cidades com hospitais, imagine para as etnias brasileira, que subjugadas por querelas judiciais, pela FUNAI e por entidades religiosas ou civis que adentram em suas áreas cada um com um tipo de ideologia, mas que no geral acabam alterando drasticamente o modo de vida dos povos tradicionais do Brasil. As autoridades, governantes e gestores brasileiros em sua maioria continuam desde a colonização do Brasil negando-se a ouvir o soluçar de dor de um povo guerreiro como é o indígena brasileiro, o qual teve suas terras invadidas e até hoje após a Divisão Internacional do Trabalho tem suas terras adentradas por grileiros, garimpeiros, políticos corruptos, religiosos, dentre outros que com a ajuda do grande capital ainda expoliam as terras brasileira em busca de matéria prima, dilapidando nossas riquezas e levando-as para fora do país. E, os gestores do Estado além de não sanearem com políticas públicas eficientes, perdoam multas de milhões de reais das corporações que com a força e poder político

deixam segundo Heck et alii (2005, 238) as “terras indígenas, extremamente vulneráveis, invadidas constantemente por madeireiros, garimpeiros, peixeiros, rizicultores, fazendeiros, posseiros, biopiratas e outros aventureiros em busca do lucro fácil”. Em se tratando da população tradicional do Brasil o descaso e a tentativa de extermínio e expropriação ficaram mais visíveis. As terras indígenas assoladas pela covid-19 sofrem pelo abandono por parte dos governantes. Os recursos que deveriam ser destinados a essa população ficam parados, pois falta alteridade dos gestores públicos para com as etnias. Com o crescimento de óbitos por covid-19 no Brasil, ficou claro a parca gestão governamental, que deveria primar por políticas pública direcionada a salvar vidas dentro das fronteiras brasileira, que possui um território com 23.102 km de extensão fronteiriça, destas 15.735 km são terrestres e 7.367 km marítimas. E, dentro desses limites, existem povos urbanos, rurais e etnias que necessitam dos cuidados que tanto governo federal quanto estaduais e municipais deveriam zelar pelo bem-estar de seus cidadãos. Com a contaminação das águas, onde há garimpo ilegal e com utilização de agrotóxicos pelos invasores e cada vez mais massiva a liberação destes para utilização nas lavouras, os indígenas são afetados pois dependem do peixe para alimentação, da água para beber, tomar banho, lavar roupa e utensílios, molhar as plantações, para uso geral. E, desta maneira, pelo fato de que em grande parte das Terras Indígenas os rios serem agredidos pelos não indígenas os deixa em situação ainda mais de risco, pois sem a base alimentar sendo afetada por falta de caça e peixe, saem de suas terras indo a procura de alimentos industrializados afetando ainda mais as etnias deixando-as em risco pela necessidade de irem a cidade comprar mantimentos para sobreviverem. A questão indígena é algo deveras deixado de lado pelos gestores. Em meio a pandemia o governo federal insiste em instruções e formulações de ações que visam deteriorar a condição insalubre e de perigo das vidas indígenas, são tentativas cruéis de propagar as invasões, desmatamento e contaminação do covid-19 dentro das Terras Indígenas, um dos exemplos é a PL 2633/2020, portaria n. 608/2020. Se já não fosse o bastasse serem visto com menosprezo por grande parte da população, as etnias são invadidas por indivíduos que buscam roubar o pouco que ainda lhes resta e, com isso ficam expostos ao covid-19, que adentra nas aldeias pelo contato com o invasor, pela ida a cidade para atendimento médico e/ou fazer compras ou pelas entidades religiosas que querem "salvar" a alma do indígena com o discurso colonizador. A população deve ser conscientizada que todos os serviços prestados pelo Estado brasileiro não são dados, são resultado dos impostos arrecadados pela união, estados e municípios. E, em consonância a utilização dos recursos obtidos por meio da cobrança de impostos, tem-se o Sistema Único de Saúde, o SUS, o qual tem seu alicerce jurídico na CF 1988 e na Lei 8.080/1990 a qual tem em seu estabelecer normas e critérios de ação para o SUS, este que deve compreender serviços de atenção primária, secundária e terciária a saúde de todos os brasileiros. A saúde é um direito de todas as pessoas e cabe ao Estado garantir esse direito. Em seu artigo 2° a Lei 8.080 diz expõe que "a saúde é um direito fundamental do ser humano, devendo o Estado prover as condições indispensáveis ao seu pleno exercício" é claro que esta máxima da lei está seguindo a Constituição Federal de 1988, em seu artigo 194 o qual vai estipular a normatização e quem vai desenvolver atendimento à saúde, e em no artigo 195 da CF, indicará que os recursos para a saúde serão financiados por toda a sociedade, de forma direta e indireta, ou seja por meio dos impostos e de outras ações imposta pelo Estado. No entanto no momento da população obter o devido acesso aos cuidados os governantes desviam recursos, não implementam políticas direcionada a saúde (prevenção e tratamento) é o que nesse período de pandemia acabou por mostrar a ineficiência de gestão dos entes da federação, colocando a margem uma grande parcela da população carente e nesta parcela tem-se as etnias; e, por ineficiência governamental agem algumas vezes inescrupulosamente manipulando os que não possuem acesso a informações técnicas e que dependem das mídias para obter informações do que acontece

no país. No entanto, é notório que o Estado brasileiro não aplica na totalidade a Lei 8.080/1990, o que antes da pandemia da covid-19 era um sopro de esperança de que essa lei realmente fosse aplicada. E, que a ação do Estado brasileiro fosse direcionada ao atendimento e tratamento de saúde de todos dentro do Brasil. Mas o que se tem é a pouca utilização dos recursos públicos direcionados exclusivamente a saúde indígena e do não indígena. O que há é o grande imbróglio direcionado a propaganda de medicamentos por parte de agentes públicos que não dominam do assunto sobre saúde e muito menos sobre remédios. E, por outro lado compram grande quantidade de medicamentos ineficientes e distribuem para uso da população indígena, como é o caso do medicamento: cloroquina, enviado para distribuição nas aldeias dos índios brasileiros. Ainda de forma cruel o governo brasileiro vetou artigos e parágrafos da Lei 14.021 de julho 2020, esta elaborada nesse período de pandemia é tão atual, e mesmo com tantos brasileiros sendo infectados e outros tantos morrendo. O veto que foi criticado por parlamentares, Ongs e outras entidades civis que por meio da carta aberta ao congresso brasileiro direcionaram as questões sobre os vetos que foram realizados aos presidentes do senado e da câmara dos deputados federais. Os autores reafirmam com coerência que estes vetos são frutos do desconhecimento e da leviandade, pois: "Os vetos, que denotam desconhecimento e racismo estrutural, pretendem neutralizar a efetividade da nova Lei, que dispõe sobre medidas de proteção social para prevenção do contágio e da disseminação da Covid-19 nos territórios indígenas, e de apoio às comunidades quilombolas, aos pescadores artesanais e aos demais povos e comunidades tradicionais para o enfrentamento desse vírus invisível e mortal. Trata-se de afronta autoritária à Constituição Federal e à decisão soberana do Congresso Nacional, que aprovou nas duas casas legislativas, quase por unanimidade o Projeto de Lei. O texto é fruto de esforços coletivos de parlamentares, representações dos povos indígenas, quilombolas e demais povos e comunidades tradicionais, além das organizações da sociedade civil. Os vetos agravam a ameaça de etnocídio contra esses povos, diante da pandemia e da invasão de seus territórios, e ocorre no momento em que no Brasil são contabilizados 13.241 indígenas infectados, 338 óbitos e 127 povos indígenas afetados, conforme o Comitê Nacional de Memória e Vida Indígena. Entre os quilombolas existem 3.034 infectados e 131 óbitos, monitorados pela Coordenação Nacional de Articulação das Comunidades Negras Rurais Quilombolas (Conaq), até a presente data". Nesta primeira semana de agosto provavelmente o Brasil chegará a 100 mil mortes por covid-19 e ainda não temos uma gestão clara e eficiente nem para as áreas urbanas (cidades) e muito menos para as etnias, o que se tem é o descaso e a desinformação orquestrada pelo governo federal e por parte dos governos estaduais e municipais. Logo os signatários da carta aberta indicam que: Sem a derrubada dos 22 vetos, a Lei sancionada é inócua e não terá efetividade nas medidas fundamentais e emergenciais que o Projeto de Lei propôs para esse grave momento de enfrentamento da pandemia entre esses povos. É cada vez maior as vidas que são ceifadas pelo covid19 no país, e os dados da SESAI veiculados aos do DSEI órgãos governamentais responsáveis por cuidar da saúde indígena são inexatos, dando margem a subnotificação, que se tornou recorrente no atual governo, o gráfico acima reflete duas versões sobre a mortalidade nas terras indígenas uma do Comitê Nacional de Vida e Memória Indígena constam 338 mortes até o dia 01/08/2020. Enquanto para a SESAI constam 294 mortes por covid19 até o dia 04/08/2020, observa-se basicamente que mesmo com um período menor há incidência de mais mortes do que a constatada pelas entidades governamentais. Faz-se necessário pensar que o executivo ao procurar apoio para recursos e aberturas de gastos colocando o Brasil em situação de calamidade obteve os recursos que foram solicitados, tanto na câmara federal, no senado e no Tribunal de Contas da União. Então, não tem sentido a ineficiência e má gestão dos recursos públicos destinados ao combate ao Covid-19, o qual tem uma letalidade altíssima entre povos indígenas, a única coisa evidente é que o Estado

brasileiro está passando por um período de péssima governança e distribuição dos recursos públicos liberados para a utilização na saúde da população tanto indígena quanto não-indígena.

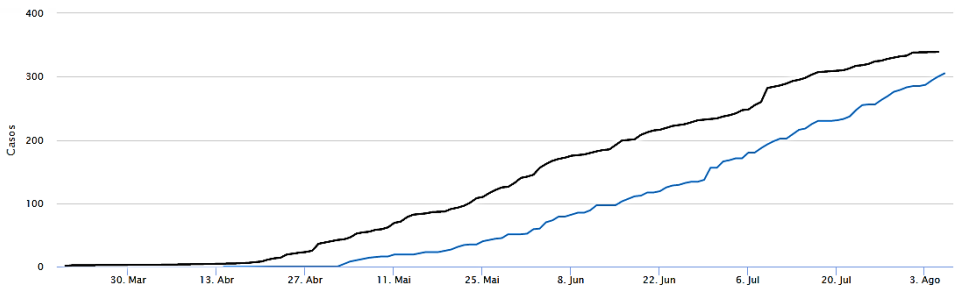


Gráfico 01 - Indígenas mortos pela Covid-19 - Brasil
Fonte: Comitê Nacional de Vida e Memória Indígena - https://covid19.socioambiental.org/
Organizações indígenas de base da APIB, frentes de enfrentamento à COVID-19, SESAI, Secretarias Municipais e Estaduais de Saúde e Ministério Público Federal.

O encurralamento dos indígenas feito pelo governo federal conduzindo-os a alta taxa de mortalidade é um feito voltado para a extinção das populações tradicionais do país. É a crueldade de gestores que não se importam com as vidas dos irmãos de pátria, pois somos brasileiros independente do lugar que ocupamos, estamos todos e todas sob domínio da Constituição Federal de 1988, somente os poderosos detentores do poder político e de dinheiro fazem-se acima da lei, nós a maior parte da sociedade estamos sob a égide da carta magna brasileira.

COMBATE AO CORONAVÍRUS

Fonte: Paraná (2020)

PARTICIPAÇÃO ACADÊMICA DA SEMANA

Marcos Vinicius de Oliveira – Aluno do 3º ano - Geografia/UENP

Bom, sou um aluno do curso de Geografia da Universidade Estadual do Norte do Paraná (UENP), estou no 3º ano do curso, então digamos que já avancei um bom trecho do percurso. Esse período de isolamento não foi algo tão tranquilo de levar no início, aliás, ver o mundo todo nessa situação acaba levando a várias reflexões. Nesse período de quarentena, tem sido um tempo novo, tudo está novo, a forma de se relacionar e de executar algumas coisas do nosso dia-a-dia, que antes não dávamos muita importância, agora mudou. Cumprimentar alguém, se reunir com amigos, bom, agora o foco passou a ser se cuidar e cuidar das pessoas ao nosso redor, para isso foi necessário o isolamento. Confesso que como acadêmico foi difícil inicialmente, pois tinha projetos, objetivos, que quando tudo parou, meio que deu um certo desanimo e incerteza de como tudo seria dali por diante. Foi tudo novo tanto para nós alunos, quanto para os professores, todos tivemos que nos adaptar. Agora, ver o rosto um dos outros e transmitir e assimilar conhecimento passou a ser por meio de uma tela de computador ou celular. Se bem que alguns anos com essa tecnologia nos permitiu assimilar até rápido essa rotina, mas ainda é tudo novo para todos. Bom, antes de todo esse período, eu estava finalizando um programa na universidade, PIBID, então eu tinha uma rotina acadêmica bem próxima da instituição, agora, conseguindo ser aceito em um outro projeto, o Residência Pedagógica, creio que será um novo começo nessa jornada para se tornar um professor. São novos tempos, o mundo está se adaptando, e como os seres humanos vem ao longo dos anos se adaptando as situações, creio que também avançaremos diante do quadro atual. Mas o sonho e objetivo continua, se tornar um ótimo professor e concluir todas as etapas até lá. Enfim, mesmo diante a tudo isso, ainda há esperança e isso é o maior motivador.

A UTILIZAÇÃO DA ESCALA GEOGRÁFICA NAS PESQUISAS DA GEOGRAFIA CRÍTICA

Por Carlandio Alves da Silva
Por Onélia Carmem Rossetto
Por Sheila Castro dos Santos

As pesquisas na área da Geografia Humana têm-se cada vez mais adentrado nas situações conflitivas advindas do capital. Para que o acadêmico tenha possibilidade de argumentações em seus textos, deve ocorrer previamente a busca textual que irá lhe subsidiar a escrita. Pois nenhum texto é elaborado sem anterior leitura de outros textos. No caso dos acadêmicos de graduação por diversos razões as vezes a atividade da leitura é adiada, deixando assim o discente em desespero quando é chegado o prazo de entrega dos trabalhos. Pensando em auxiliar e evidenciar mais uma possibilidade de utilização metodológica fundamentada na geografia, foi propiciado neste texto uma leitura direcionada aos procedimentos metodológicos com a utilização da escala geográfica. Evidenciando a utilização da escala para uma pesquisa social, observando primeiramente que a pesquisa qualitativa requer um rigor metodológico que deve ser seguido. De modo que primeiramente será mostrado as tipologias de escrita de um texto acadêmico estas devendo ser descritivas e explicativas. As descritivas acentuam-se as que se dispõem a estudar as peculiaridades de um povo, nível de escolaridade, sexo, distribuição por idade, questões de saúde física, mental, etc., Gil (1987), indica que investigações dessa espécie geralmente apresentam estudos do nível de assistência que os órgãos estatais servem as comunidades, as condições de moradias de seu habitantes, e relações de crimes registrados, no entanto somente a descrição não compreende uma pesquisa científica, para tal deve ocorrer a tipológica explicativa, está direcionada em conjunto com um método filosófico, em alguns casos em conjunto com um método técnico, ou seja uso de geotecnologias ou da estatística auxiliam o autor do texto acadêmico a formular suas análises e mostrar sua perspectiva no tema pesquisado. Lembrando que a pesquisa bibliográfica é a base para qualquer tipo pesquisa, é a que desempenha investidas para desvendar um problema, aplicando as informações acessíveis a partir das teorias publicadas em livros ou obras análogas, com o levantamento de conhecimentos a disposição do tema, verificando as teorias desenvolvidas, investigando e refletindo sua contribuição para conceber ou esclarecer o problema tal qual se dá nas áreas indígenas (KÖCHE, 1997). Logo, a pesquisa bibliográfica tem por objetivo conhecer as contribuições teóricas mais relevantes a respeito de um determinado tema, enunciado ou problema. Visando auxiliar o uso da escala geográfica enquanto procedimento metodológico, exemplifica-se que esta, utilizada para ajudar a evidenciar temporal e espacialmente os conflitos em áreas indígenas no estado de Rondônia. Nesse sentido, se fez necessário uma investigação que contemplasse os processos espaços temporais, para a atribuição dos fenômenos sociais em função do tempo e da dimensão espacial, utilizando-se para tal escala geográfica o que possibilitou evidenciar a compreensão e o impacto que a espacialização do capital provocou aos indígenas de Rondônia. A escala é de uso corrente, tanto utilizada no dia-dia como por várias ciências, e a sua utilização a muito tempo vem sendo feita, Castro (2003), indica que ela está agregada tanto no imaginário quanto ao vocábulo dos geógrafos, sendo essencial para cartografia como artifício matemático. Por seu papel ser essencial para diminuir o tamanho das formas, criando representações das mesmas o que para a cartografia a torna indispensável seu uso. E, também, sabe-se que uma das particularidades da escala para a geografia é de estabelecer os fenômenos e componentes de forma esquematizados no espaço ajustado de acordo com as referências selecionadas, com isso, a concepção de escala possui outras possibilidades além do ponto de vista matemático. Segundo Dollfus (1991), com base na classificação de acordo com a escala dos fenômenos é plausível indicar o modo pelos quais se constituem as relações e observar como se deu os

processos em função do período e da grandeza. É indispensável ter conhecimento de como as sociedades modificaram ou transformam o espaço, evidenciando assim as espacializações e esclarecendo os tipos de relações tanto econômicas e sociais e nas escalas, local, regional, nacional e global, para o entendimento de como o espaço foi organizado. Nesta perspectiva escalar, houve a necessidade de obter formas de ligar o micro no qual os indígenas viveram e resistem hoje, aos fenômenos do macro espaço ao qual estão e são expostos a espacialização do capitalismo, descrevendo os processos que envolveram suas estruturas sociais. Castro (2003), esclarece que a escala, faz com que se tenha uma inevitabilidade harmônica entre o concebido e o visto, pois, ela em si, aponta a localização e importância do fenômeno. Com isso, a escala possibilita dialogar em conformidade com a proporção e, em compatibilidade com o espaço buscando uma maneira de, ao perceber o mundo considerá-lo e torná-lo visível e possível de análise. Diante disso, a escala foi utilizada como procedimento de distanciamento no recorte espaço-temporal escolhido para ser analisado, o que com a explanação breve dos processos introdutórios do capital no Brasil, o que levou os europeus aos conflitos com indígenas que eram os senhores das terras e como aproximação da escala as etnias de Rondônia, ao qual a expansão do capitalismo blindada de uma atmosfera de incumbência civilizatória trouxe para esta área, justificando a sua dominação, Harvey (2009), esclarece que a espacialização do capitalismo implica um grau elevado de autodestruição que transforma populações inteiras minuciosamente suscetíveis a violência em diferentes escalas e lugares. Portanto, a escala é uma técnica escolhida para melhor captação da realidade, estabelecendo o campo empírico da investigação, de acordo com os fenômenos que dão significados ao recorte espacial intencionado. Lacoste (2012) indica que a dificuldade das escalas, dá-se pelo procedimento de saber como utilizá-la, pois, antagonicamente a alguns geógrafos que proclamam que o mesmo fenômeno pode ser estudado em distintas escalas, se faz necessário estar sempre alerta, pois os fenômenos são distintos, pois devem ser compreendidos em escalas espaciais diferentes. Para compreender as formas do uso da escala Castro (2003), vai elucidar que é considerável saber que há mudanças nas coisas quando mudam a dimensão, e que é importante perceber precisamente ‘como muda’ e ‘o que muda’. Os fenômenos selecionados dentro dos recortes escolhidos são reveladores da análise espacial, sendo necessário fundamentar as diferentes classes de observação do raciocínio geográfico. A verificação do acontecimento é feita pela escala, através do recorte espacial, no entanto, ela não é definidora do nível de análise, nem deve ser equivocada, seus princípios são autônomos, porém idealiza e fundamenta a experiência. Segundo Castro (2003, p. 123), “a escala só é um problema epistemológico enquanto definidora de espaços de pertinência da medida dos fenômenos, porque enquanto medida de proporção ela é um problema, por isso o uso da escala se dá como delimitadora da temporalidade em que o tema está vinculado. As diferentes escalas podem ser utilizadas para analisar como ocorre a organização do espaço entre seus elementos constitutivos, pois todo evento tem sua dimensão incidente de investigação. A escala tem o emprego de medição, mas não obrigatoriamente do fenômeno que se quer considerar. Partindo deste princípio, como foi dito anteriormente, o fenômeno estudado é a espacialização do capitalismo enquanto influenciador na dominação, nos impactos e mudanças nas terras indígenas de Rondônia. Desta maneira, utilizou-se a escala para evidenciar os processos espacializadores dos conflitos que precisam ser elucidados e evidenciados a luz da ciência geográfica. Para Harvey (2009), o estudo do mundo pode ser realizado com o uso da escala, pois apresenta instantaneamente um encadeamento de resultados dos processos que geram desigualdades geográficas na forma e nos padrões de vida, na estrutura política e social, utilização dos recursos e a relação com meio ambiente, a contribuição da escala, com noção de ordem de grandeza, a abrangência do fenômeno como referência e condição de localização espaço temporal tornou-se de grande auxílio. O uso da escala foi

fundamental como modelo estruturante para aproximação e distanciamento dos processos de espacialização, nesse caso não relacionado com o tamanho, e sim com o tempo, a maneira de explicar o processo segundo os parâmetros de precisões científicas que os próprios modelos geográficos dispõem, voltados para não desvalorizar ou minimizar os processos históricos e espaciais. Nessa perspectiva, a utilização da escala dá direcionamento para quem trabalha a pesquisa na categoria espaço tanto quanto em outras categorias geográficas, pois, ela organiza de forma que possibilita uma melhor percepção. Seguindo essa caracterização, a escolha deve ser feita utilizando a escala de distanciamento, que se relaciona com a lógica do Brasil que segue desde o período da ocupação espacial pelos europeus, na escala de aproximação as etnias de Rondônia, que diz respeito aos acontecimentos ocorridos a esses povos onde estavam localizados de acordo com os processos espacialização do capital, fazendo com que se reorganizassem em novas localidades, conforme evidencia a imagem abaixo.

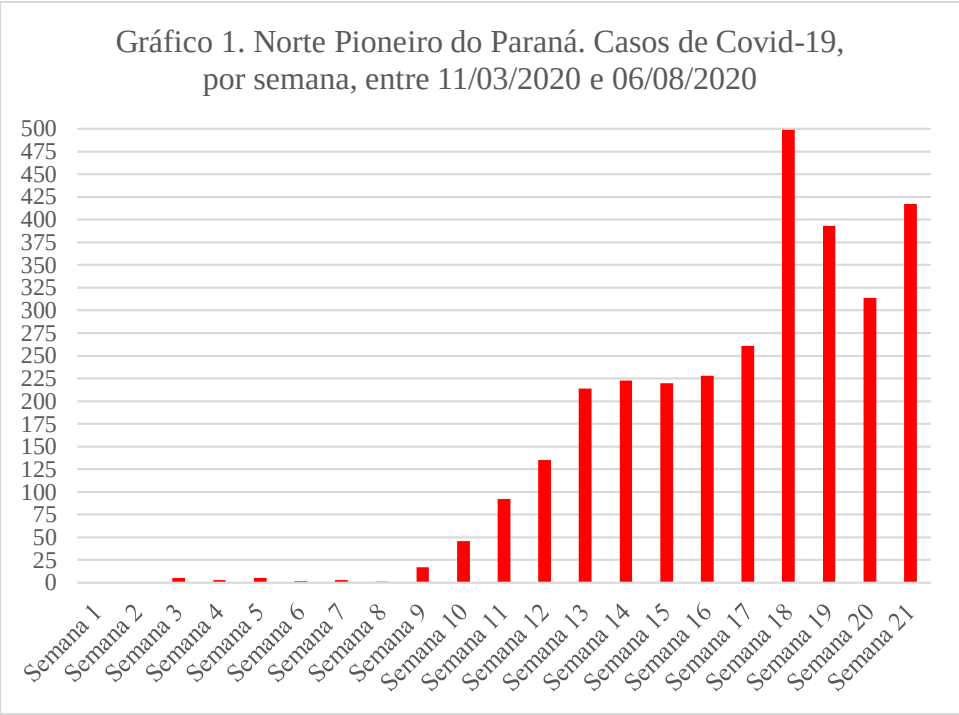
O uso da escala nos procedimentos metodológicos.
Elaboração: Carlandio Alves da Silva, 2020.

De acordo com Castro (2016), a escala pode ser usada para distanciamento e aproximação da compreensão da conjuntura social, como percepção da realidade, para entendimento do que está distante ou próximo como forma de investigação, com as variantes das escalas geográficas pode-se ter o entendimento das particularidades que indicam a espacialização. Lacoste (2012, p. 82), escreve que, "é preciso, pois, basear os diferentes níveis da análise do raciocínio geográfico, não sobre as diferenças de escalas, que são as relações de redução segundo as quais se efetuam as diversas representações", nesse sentido, analisar as espacialidades e as dimensões dos conflitos resultantes das imposições do capital que são encontradas em Rondônia nas Terras Indígenas devem ser levados em consideração, a aproximação e o distanciamento para compreensão dos fatos. Segundo Castro (2016), pensar em escala é entender as interdependências que ocorrem no distanciamento e na aproximação dos objetos, pois são movimentos cognitivos indissociáveis para que ocorra análises das heterogeneidades dos fenômenos estudado.

AVANÇO DA COVID-19 NO NORTE PIONEIRO DO PARANÁ: REGIÃO SUPERA OS 3.000 CASOS POR COVID-19

Por Prof. Dr. Pedro Henrique Carnevalli Fernandes

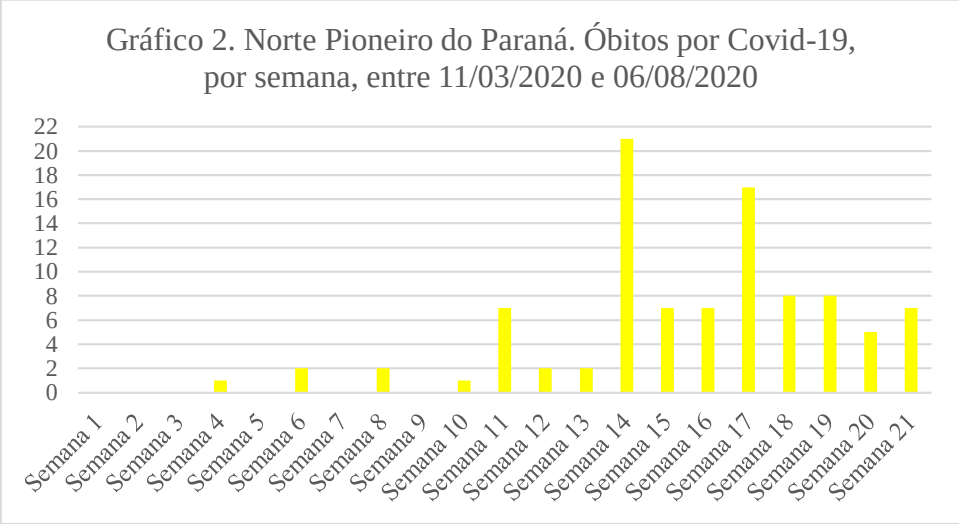
Ontem, em 06 de agosto de 2020, completamos 149 dias de pandemia de Covid-19. Um dia antes, o Norte Pioneiro do Paraná passou da marca dos 3.000 casos pela doença. Agora, são **3.078 casos** de Covid-19 na região, gerando uma média de 21 casos por dia e uma taxa de 564 casos por cem mil habitantes. No acompanhamento semanal, foram registrados **417 novos casos** de Covid-19, segunda pior marca da série histórica desde o início da pandemia – o Gráfico 1 retrata a quantidade de casos por Covid-19 por semana e a Tabela 1 demonstra as datas e os períodos em que as marcas (mil, dois mil e três mil casos) foram superadas no Norte Pioneiro paranaense.



Data	Casos de Covid-19	Período
27/06/2020	Superou os 1.000 casos	109 dias
17/07/2020	Superou os 2.000 casos	20 dias
05/08/2020	Superou os 3.000 casos	19 dias

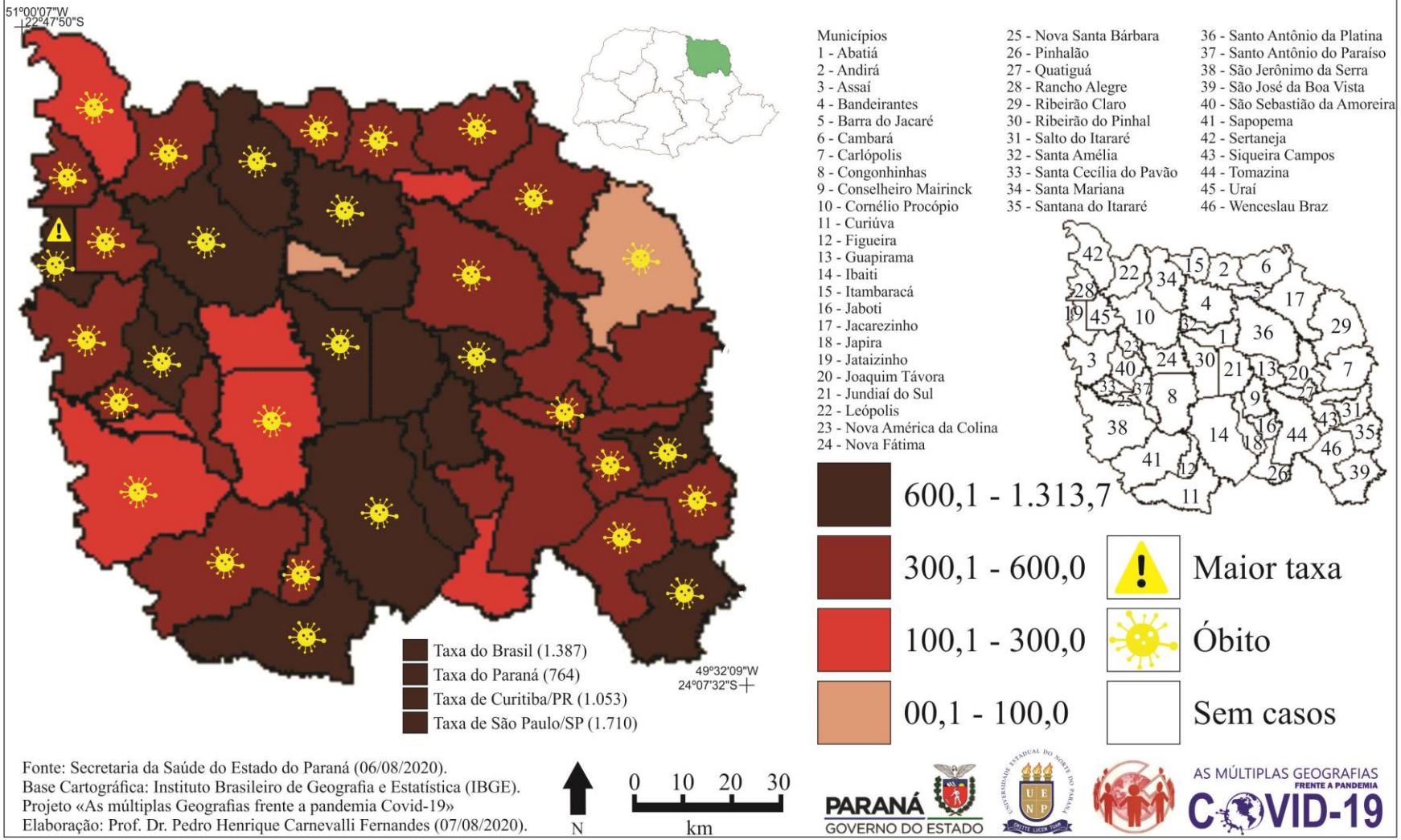
Tabela 1 – Norte Pioneiro. Evolução dos casos de Covid-19

As quatro últimas semanas foram as piores e já são nove semanas seguidas com mais de 200 casos por semana. Logo, ainda não existe controle na disseminação da Covid-19. No mapa semanal, percebemos que a doença continua escalando: 38 municípios, entre os 46 da região, tiveram aumento no número de casos e 10 deles saltaram de estrato – quatro passaram para o grupo dos que possuem mais de 600 casos de Covid-19 por cem mil habitantes: Nova América da Colina, Salto do Itararé, São José da Boa Vista e São Sebastião da Amoreira – agora, esse grupo é composto por 16 municípios (35% do total). O município de Nova Santa Bárbara registrou os primeiros casos (nove na semana), portanto, agora todos os municípios do Norte Pioneiro possuem casos de Covid-19. Já tínhamos alertado quanto à disseminação da Covid-19 em Jataizinho. Nessa semana, a cidade atingiu 1.314 casos da doença por cem mil habitantes e assumiu a liderança regional, ultrapassando Guapirama (que liderava desde a Semana 15). Quanto aos óbitos, a região atingiu a marca de **97 mortes** por Covid-19, sete a mais que na semana passada – o Gráfico 2 demonstra o número de óbitos por semana desde o início da pandemia.



A região tem 31 cidades com óbitos pela Covid-19, sendo que cinco delas registraram mortes pela doença na última semana: Bandeirantes, Ibaiti, Salto do Itararé, Santo Antônio da Platina e São Sebastião da Amoreira. A taxa de óbitos por Covid-19 no Norte Pioneiro é de 18 mortes por cem mil habitantes.

Norte Pioneiro do Paraná. Taxa de casos de Covid-19, por 100.000 habitantes, em 06 de agosto de 2020 (Dia 149)



Fonte: Secretaria da Saúde do Estado do Paraná (06/08/2020).
Base Cartográfica: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).
Projeto «As múltiplas Geografias frente a pandemia Covid-19»
Elaboração: Prof. Dr. Pedro Henrique Carnevalli Fernandes (07/08/2020).

REFERÊNCIAS

ABRASCO, Associação Brasileira de Saúde Coletiva. **Pela vida dos povos indígenas, quilombolas, pescadores artesanais e demais povos e comunidades tradicionais – Carta Aberta ao Congresso Nacional**. Disponível em: https://www.abrasco.org.br/site/noticias/pela-vida-dos-povos-indigenas-quilombolas-pescadores-artesanais-e-demais-povos-e-comunidades-tradicionais-carta-aberta-ao-congresso-nacional/50165/

APIB, Associação dos Povos Indígenas do Brasil. **Emergência Indígena.** Disponível em: http://apib.info/emergenciaindigena/.

BRASIL. **Constituição Federal de 1988**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm

BRASIL. **Lei 14021 de 2020**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/CCIVIL_03/_Ato2019-2022/2020/Lei/L14021.htm

BRASIL. **Lei 8.080 de 1990**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8080.htm

BRASIL. **PL 2633/2020**. Disponível em: https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=2252589

BRASIL, Ministério da Saúde. **Saúde indígena**. Disponível em: https://www.saude.gov.br/saude-indigena

CASTRO, Iná Elias, GOMES, Paulo Cesar Costa CORREA, Roberto Lobato. **Geografia:** conceitos e temas. Rio de Janeiro, Bertrand, 2003.

Comitê Nacional de Vida e Memória Indígena. Disponível em: https://covid19.socioambiental.org/

DOLFUS, Olivier. **O Espaço Geográfico**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1991.

GIL, Antônio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. São Paulo: Atlas, 1987.

HARVEY, David. **Espaços de Esperança**. São Paulo: edições Loyola, 2009.

HECK, E., LOEBENS, F., CARVALHO P. D. Amazônia indígena: conquistas e desafios. **Estudos Avançados**, 19 (53), 2005, p. 237-255.

INCRA. **Portaria nº 608 de 2020.**

ISA. Instituto Socioambiental. **Saúde Indígena**. Disponível em: https://pib.socioambiental.org/pt/Sa%C3%BAde_Ind%C3%ADgena

KOCHE, José Carlos. **Fundamentos de Metodologia Científica:** Teoria da Ciência e Prática da Pesquisa. Petrópolis: Vozes, 1997.

LACOSTE, Yves. **A geografia: Isso serve, em primeiro lugar, para fazer a guerra**. São Paulo. Papirus, 2012.

SANTOS, Sheila Castro dos. **Paisagem e lugar das expressões culturais lúdicas e da disputa dos botos em Alter do chão - PA.** Tese (Doutorado em Geografia) – Programa de Pós-Graduação em geografia, Universidade Federal do Paraná: Curitiba, 2016.

SESAI, Secretária Especial de Saúde Indígena. **Atribuições**. Disponível em: https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/decreto-n-9795-de-17-de-maio-de-2019-108888708

TCU, Tribunal de Contas da União: **Destinação e utilização de recursos públicos em situações emergenciais - COOPERA** - Programa especial de atuação no enfrentamento à crise da covid-19. Disponível em: https://portal.tcu.gov.br/data/files/C3/80/40/80/8100371055EB6E27E18818A8/Destinacao_utilizacao_recursos_publicos_situacoes_emergenciais.pdf

EQUIPE EDITORIAL

Prof. Me. Alessandro Viceli
Profª Drª. Jully Gabriela Retzlaf de Oliveira
Prof. Dr. Paulo Henrique Marques de Castro
Prof. Dr. Pedro Henrique Carnevalli Fernandes
Profª. Drª. Sibeli Fernandes
Profª. Drª. Vanessa Maria Ludka

CONTATO

Envie elogio, sugestão, crítica construtiva ou comentário (com no máximo 500 caracteres) para o Jornal Geografia/UENP: coordenacao.geografia@uenp.edu.br

Edição fechada em 07 de agosto de 2020 e publicada às 11h30.